

Territórios e identidade sobre escalas de organização sócio-espacial num bairro de Lisboa

Graça Índias Cordeiro

A antropologia urbana é uma das modalidades dessa antropologia paradoxal que coloca o indivíduo no centro da sua problemática, quando não de suas respostas (Augé, 1992).

Dois momentos podem então ser distinguidos na análise, mesmo se eles se apresentam conjuntamente à observação.

Primeiramente, a pesquisa sobre as *significações* relativas dadas aos espaços da cidade nos informa sobre as identidades urbanas.

Em segundo lugar, o estudo das *sociabilidades* nos informa sobre as culturas que estão na base do apego aos lugares urbanos e, ao mesmo tempo, sobre a reprodução ou a reinvenção dos laços sociais nos universos densos, abertos, heterogêneos das sociedades contemporâneas. (Agier, 1998: 45)¹

I.

Na Lisboa dos anos 20, os bairros eram, nas palavras de um eminente olisipógrafo,² “designações topográficas populares, sem consagração oficial” (Silva, 1930: 6), o que, de certa forma, ainda hoje parece corresponder à verdade. O autor referia-se aos bairros então existentes na pequena cidade dessa época, que actualmente são designados por *bairros populares*, *bairros históricos*, alguns deles considerados *típicos* ou *tradicionais*, situados nas proximidades do seu centro histórico. Como entidades delimitáveis e identificáveis no mapa, e também como entidades sociais, se tomarmos como fonte de análise as estatísticas populacionais, esses bairros parecem continuar a não ter existência real ou, por outras palavras, parecem existir num interstício (Wolf, 1980).

Em termos rigorosos, apenas podemos contar com as *freguesias* – unidades mínimas territoriais e administrativas – e uma rede precisa de artérias e locais da cidade – avenidas, ruas, praças, largos, edifícios. Qualquer turista que olhe uma planta da cidade de Lisboa poderá ler os nomes de alguns desses bairros indicando vagamente as áreas em que se situam, maioritariamente na parte mais antiga da urbe. Bairros que, na vivência concreta dessa cidade, todos nós, seus habitantes, sabemos existir – Bairro Alto, Alfama, Madragoa, Mouraria, entre outros – com nomes evocativos, não apenas de uma identidade própria como até, nalguns casos, da identidade da própria cidade, que produzem sentimentos de pertença fortes entre os seus habitantes, bem visíveis nalgumas *performances* rituais colectivas que ocorrem sazonalmente (como é o caso do desfile das *Marchas dos Bairros Populares*, durante as *Festas da Cidade*, em Junho). Tais bairros são, todavia, lugares sociais de contornos imprecisos na acidentada e sinuosa topografia lisboeta. Embora façam parte da memória oral da cidade e da sua *pattine* cultural ou, para utilizar a feliz expressão de G. Suttles (1984), da sua textura cumulativa local urbana, são naturalmente omissos e inexistentes na estrutura política e administrativa da cidade, nas estatísticas por *freguesia*, em registos escritos e documentais de vários tipos.

Como primeira evidência empírica no contexto da cidade analisada, esses “bairros populares” surgem-nos, quase paradoxalmente, como não evidentes em si próprios, de contornos maleáveis, ambíguos, como unidades urbanas problemáticas, a identificar, a questionar (Cordeiro e Costa, 1999). O que levanta desde logo uma questão: será o bairro uma entidade virtual, uma tradição inventada com um valor simbólico indiscutível para os seus habitantes, é certo, mas sem qualquer correspondência a um colectivo localmente estruturado? Ou, pelo contrário, será um lugar antropológico, identitário, relacional e histórico, no sentido dado por Marc Augé (1992)?

Assumindo estes bairros como lugares, no verdadeiro sentido antropológico do termo – pois não resta qualquer dúvida de que possuem identidade própria, já que têm nome, história, memórias e sociabilidades partilhadas, actividades delimitadoras de fronteiras territoriais *emic* bem visíveis durante certas festividades cíclicas –, surge a dúvida: como identificar, então, esses bairros? Em que escalas de organização social, em que planos de estruturação colectiva? E, sobretudo, quais são as escalas de observação e análise adequadas para o seu conhecimento?

A tendência para muitos observadores assumirem a sua própria escala de percepção – muitas vezes de larga escala – como idêntica à das pessoas observadas, ou, inversamente, a tendência para observar em direcção a uma excessiva microescala, como se as pessoas vivessem “encravadas” no isolamento dos seus espaços residenciais ou laborais, têm sido devidamente criticadas – dirigindo-se essa crítica mais ao sociólogos, no primeiro caso, e aos antropólogos, no segundo caso. Para além dessas tendências, outros dois tipos de distorção no olhar sobre as cidades se podem destacar: o preconceito antiurbano generalizado de que nas cidades se vive a desumanização e impessoalidade, decorrente da dimensão gigantesca de muitas metrópoles, e, ainda o efeito subtil produzido pela análise estatística, que não permite “ver”, nem analisar, as dimensões relacionais de pequena escala e o nível das relações interpessoais existentes nas grandes cidades. Essas são quatro tendências no olhar sobre as cidades que se constituem como importantes “fontes de distorção na percepção das realidades urbanas” (*observer’s biases*) devidamente identificadas e analisadas por John Gulick (1989: 23-4).

Os antropólogos urbanos têm tentado ultrapassar tais filtros na percepção da vida social nas cidades. Inseridos em contextos locais onde estabelecem relações directas e pessoais com os indivíduos e o seu ambiente, é através de uma inserção progressiva em múltiplas e variadas redes de sociabilidade, apenas percepcionáveis no nível microsocial, que os seus terrenos se vão constituindo – entendendo terreno, aqui, como

um conjunto de relações que se desenvolvem em espaços ou meios de interconhecimento acessíveis ao investigador, individualmente: na cidade, isto significa que a pesquisa se desenvolve ao longo de uma familiarização prolongada numa rua, numa fábrica, num microbairro (...) num vão de escada de um edifício, num mercado; ou ainda numa associação, numa igreja, num clube desportivo. (Agier, 1999:11)

Tomando como base uma pesquisa antropológica conduzida num pequeno bairro da cidade de Lisboa, cujo objectivo central era aprofundar o

conhecimento sobre os processos de construção social e cultural de um *bairro popular e típico* dessa cidade, (Cordeiro, 1997), este texto tem como intenção, precisamente, mostrar como as sociabilidades de rua e de vizinhança, em espaços restritos de intenso interconhecimento, contribuem para a construção social de certos bairros, que são percebidos pelo exterior como unidades territoriais quase naturais, relativamente homogêneas e autocontidas, no nível das práticas e representações. Pretende-se, pois, apenas dar um contributo positivo para uma discussão sobre escalas de organização sócio-espacial no interior da cidade.

2.

Esta investigação partiu da ideia de que os bairros se constituem como lugares sociais intermédios entre pequeníssimas unidades de vizinhança – “pólos atractivos de redes de relações e sociabilidades locais em constante rivalidade, latente ou manifesta” (Costa, 1999) – e unidades político-administrativas mais amplas, de tamanho variável. A partir desta constatação, a análise debruçou-se sobre o nível de estruturação colectiva do próprio bairro, tentando identificar as instâncias que o promovem como unidade social territorializada, com algum nível de organização interna e representabilidade exterior.

Assim, a necessária identificação de um bairro concreto – o pequeníssimo bairro da Bica, pertencente à freguesia de S. Paulo, na área ribeirinha de Lisboa (fig. 1) – conduziu-me à identificação de diferentes unidades microlocais de sociabilidade, desde o nível mais informal da rua até o nível mais institucional das associações de bairro e, por conseguinte, até o estudo da relação estabelecida entre essas unidades.

Nesse encontro com o bairro, desde muito cedo as designadas *Festas dos Santos Populares*,³ preparadas ao longo de vários meses para culminar em Junho, surgiram como um dos elementos fundamentais a aprofundar. Não apenas como uma boa estratégia de pesquisa, dado que podiam ser facilmente entendidas como uma janela de observação sobre o bairro, mas, inclusive, como um dos pilares fundadores do próprio bairro, da sua identidade e das suas imagens – visto tais festas se integrarem, actualmente, às Festas da Cidade, sendo os *arraiais* e as *marchas dos bairros* dois elementos fundamentais na sua composição. Na realidade, se perguntarmos a qualquer lisboeta quais são os *bairros populares* de Lisboa, a resposta esclarecerá que são aqueles que organizam as *marchas populares dos bairros*. *Festas dos Santos Populares* e *bairros populares* confundem-se, pois, no imaginário e no ciclo anual de vida da capital; ambos marcam a identidade de Lisboa e esclarecem mutuamente a sua história e os seus temas. Por essa razão, o momento festivo mais importante do bairro (e de toda uma cidade) foi analisado como um

acontecimento não quotidiano que se constrói sobre redes de interacção social, intra e extrabairro, dando visibilidade a determinados processos sociais e culturais que contribuem, fortemente e de uma maneira extremamente explícita, para a criação de sociabilidades próprias que não só fazem o bairro no seu quotidiano, como produzem ainda ideias, imagens, mitos e narrativas sobre ele e sobre a cidade. No caso de Lisboa, podemos mesmo afirmar que bairro, festa e cidade interagem mutuamente na produção de um sentido e de uma prática, como se fossem os vértices de um triângulo simbólico que requer uma análise conjunta.

De um ponto de vista metodológico, a análise que aqui se propõe funda-se, por um lado, numa perspectiva etnográfica, baseada no contacto directo em espaços de interconhecimento propiciadores de recolhas de informações em primeira mão, no seio do terreno escolhido (um pequeno bairro popular de Lisboa) e, por outro, no recurso a um conjunto diversificado de fontes escritas e iconográficas e, muito particularmente, à imprensa periódica. Essa digressão por algumas fontes escritas teve como objectivo aprofundar o conhecimento do seu passado, trazido até mim por alguns *flashes* de memórias locais colectivamente partilhadas, constitutivas, também elas, dos bairros.

A *démarche* etnográfica centrou-se, assim, em dois planos: o das significações, que dá sentido a certos espaços vividos, e o das sociabilidades, que fundamenta culturas “de apego aos lugares urbanos” – à semelhança do estudo feito por Michel Agier (1998: 45) sobre as redes de sociabilidade no bairro da Liberdade, em Salvador da Bahia.

O recurso a fontes históricas, nomeadamente a uma fonte relativamente pouco utilizada – a imprensa periódica – teve como principal objectivo ultrapassar a “muralha” da história oficial dos *bairros populares* e suas festas que desde os anos 30⁴ tem sido feita, história esta que tem “contaminado”, de certa maneira, a própria percepção que desses bairros se tem, reificados e olhados como redutos comunitários com um elevado nível de isolamento, e por essa razão designados frequentemente por “aldeias na cidade”.

Mais do que uma discussão teórica sobre níveis de sociabilidade, o que se pretende neste texto é identificar algumas práticas de sociabilidade local, associadas a certos rituais festivos cíclicos claramente territorializados – apresentando, com exemplos concretos, algumas das práticas interaccionais que, situacionalmente contextualizadas, “fazem” os bairros. Tentar-se-á, pois, fazer uma digressão em torno do binómio identidade territorial/sociabilidade, que percorre a relação bairro/cidade, com algumas retrospectivas temporais (nos anos 990, 950, 900) que ilustram, para lá das mudanças evidentes, algumas continuidades surpreendentes entre o presente etnografável e o passado documentável do bairro analisado.

3.

Começamos por 1990, ano em que a pesquisa se iniciou com digressões sistemáticas pelo bairro escolhido, a Bica. Trata-se de um pequeno bairro, *popular* e *antigo*, do ponto de vista de alguns dos seus traços distintivos: traçado urbano antigo, perfil sócio-profissional de seus habitantes que se dedicam maioritariamente a um conjunto variado de trabalhos pouco qualificados e, sobretudo, um *quadro de interacção local* (Costa, 1999) próprio. Tal como outro bairro de Lisboa, Alfama, estudado por António Firmino da Costa nos anos 80 e 90 (Costa e Guerreiro, 1984; Costa, 1999), na Bica, o contexto local da vida social é crucial na criação de um certo tipo de sociabilidade – bem visível nos traços de natureza morfológica, interaccional e simbólica, como por exemplo na relação casa/rua, na densidade de redes sociais locais, nos apertados laços de parentesco e amizade, na visibilidade dos sítios de vizinhança, no papel das associações de bairro (colectividades), na influência do patrocínio e do clientelismo vinculado a certo tipo de actividades portuárias e turísticas, nas rivalidades intra e interbairristas, enfim, nalgumas formas de cultura popular urbana como o *fado*, os *arraiais* ou as *marchas* (Costa, 1999: cap. 5).

De dimensões relativamente exíguas, a Bica não terá mais de 3 mil habitantes.⁵ Encravada num vale em declive, entre duas colinas, com o Bairro Alto, o Chiado e o Cais-do-Sodré a dois passos, a sua situação topográfica reforça a pouca visibilidade que a caracterizou durante muito tempo. O funicular que tomou a sua designação – o *Elevador da Bica* – é, talvez, o elemento que melhor a identifica para o conhecedor médio da cidade, embora a sua linha, que atravessa o bairro de alto a baixo, passe ao lado do seu núcleo duro menos conhecido: a imensa Calçada da Bica Grande, as *Escadinhas*, como é designada localmente. Comércio, trânsito automóvel e pontos de interesse turístico são praticamente inexistentes nesse bairro.

Das primeiras conversas tidas com o objectivo de tentar delimitar territorialmente o bairro da Bica, do ponto de vista dos seus habitantes, detive-me naquilo que alguns dirigentes de uma das associações de bairro (a associação sediada na sua rua principal, as já referidas *Escadinhas*, e cuja área de influência, após a análise do seu ficheiro de sócios, se restringia à sua envolvente mais próxima) me disseram. E desde logo me vi confrontada com uma visão *emic* do bairro mais fragmentada do que a que do exterior se tinha. Embora uma visão mais abrangente e una da Bica também fosse consensual para os seus habitantes, ela não impedia, contudo, que em certas situações algumas subdivisões surgissem claramente, como se de microbairros se tratassem.

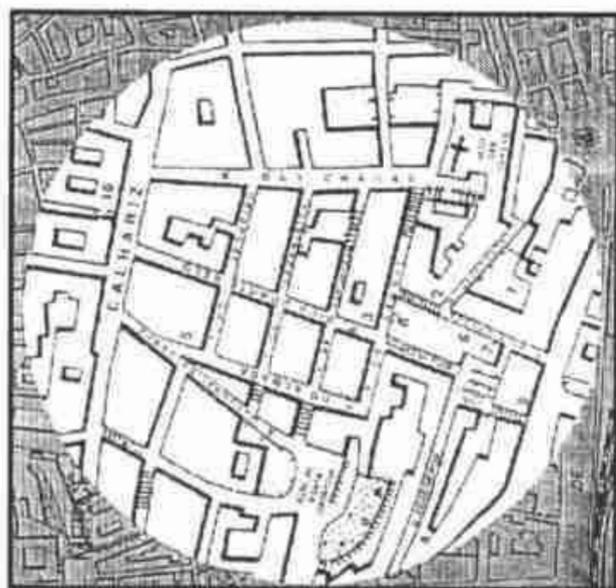
Assim, a primeira definição de Bica envolvia um conjunto amplo de ruas – que, no inquérito alargado que fiz, era relativamente consensual, para habitan-

tes do bairro e das proximidades (fig. 2). Mas, logo de seguida, surgiam certas subdivisões internas, que tais jovens dirigentes me explicavam ser duas Bicas: a *Bica de Baixo* e a *Bica de Cima*, respectivamente polarizadas por duas associações locais (colectividades); e num terceiro momento, já eram as três principais colectividades existentes na Bica – *Vai-Tu* (a norte) *Zip-Zip* (a sudeste) e *Marítimo* (a sudoeste) – que repartiriam o espaço do bairro em três fatias, correspondendo uma à parte a norte, outra a um dos lados da linha do elevador (a sudeste) e finalmente, a sudoeste dessa mesma linha, toda essa *Bica de Baixo*, onde nos encontrávamos a conversar, no interior do *Marítimo Lisboa Clube*. Ou seja, parecia haver três Bicas: a *Bica de Cima*, a *Bica de Baixo* e a *Bica do lado de lá do elevador...* (figs. 3, 4 e 5)

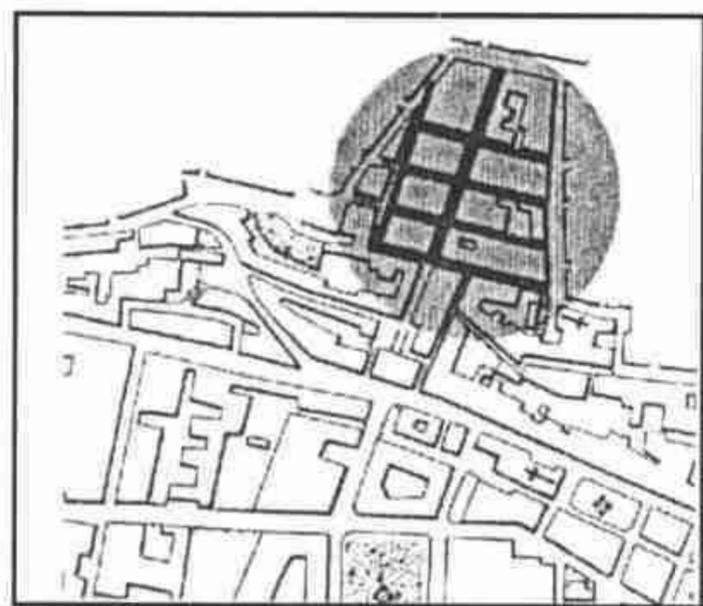
A aparente contradição entre a separação de duas Bicas e a sua partição em três poderia indicar, a título de hipótese explicativa, que, para a *Bica de Baixo*, as relações de rivalidade se construíam mais fortemente em relação ao *lado de lá da linha do elevador*, e, no caso particular do *Marítimo Lisboa Clube*, em relação à sua congénere, *Zip-Zip*, sediada nessa parte do bairro, do que em relação à sua parte norte. A parte de cima da Bica, sob “jurisdição” do *Vai-Tu*, parecia ser ignorada em relação a essa mesma rivalidade, como se existisse uma relação pacífica, talvez mesmo distante, entre essa *Bica de Cima*, perto da fronteira com o Bairro Alto, e essa *Bica de Baixo*, já na freguesia de S. Paulo. Quando eles se referiam à *Bica de Cima*, por oposição à *Bica de Baixo*, referiam-se, mais fortemente, ao *lado de lá da linha*, a um território variavelmente definido que incluiria a rua onde estava a sede do *Zip-Zip* (na rua dos Cordoeiros) e outras partes da Bica, na fronteira com a freguesia de Santa Catarina...

Nesse ano, ambas as colectividades, *Marítimo* e *Zip-Zip* – cujos dirigentes eram jovens rapazes na casa dos vinte e poucos anos, pertencentes a famílias bem enraizados no bairro –, haviam tentado organizar um único arraial, em Junho, candidatando-se assim, em conjunto, a um subsídio municipal. No entanto houve tensões, conflitos interpessoais, e a verdade é que surgiram dois arraiais no mesmo bairro, cada qual organizado por uma das colectividades, tendo sido uma financiada pelo poder camarário (*Marítimo*) e a outra não (*Zip-Zip*).

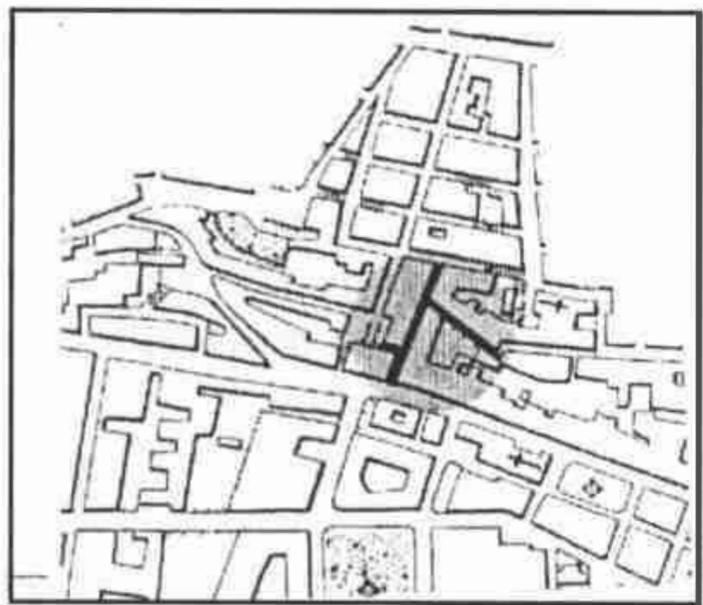
No ano seguinte, acompanhei os preparativos da festa, e surgiram idênticas tensões e conflitos entre essas duas colectividades, que resultaram, mais uma vez, em dois arraiais distintos, separados por um pequeno largo que, idealmente, seria o local mais aprazível para as festas de Junho: plano, arborizado, longe dos edifícios... Paradoxalmente, os arraiais decorreram nas apertadas ruas em declive que caracterizam o bairro, e esse largo – o largo de Santo Antoninho – ficou desoladoramente vazio e abandonado, como se de uma fronteira se tratasse entre a *Bica de Baixo* e a *Bica do lado de lá do elevador*, uma espécie de *terra de ninguém*.



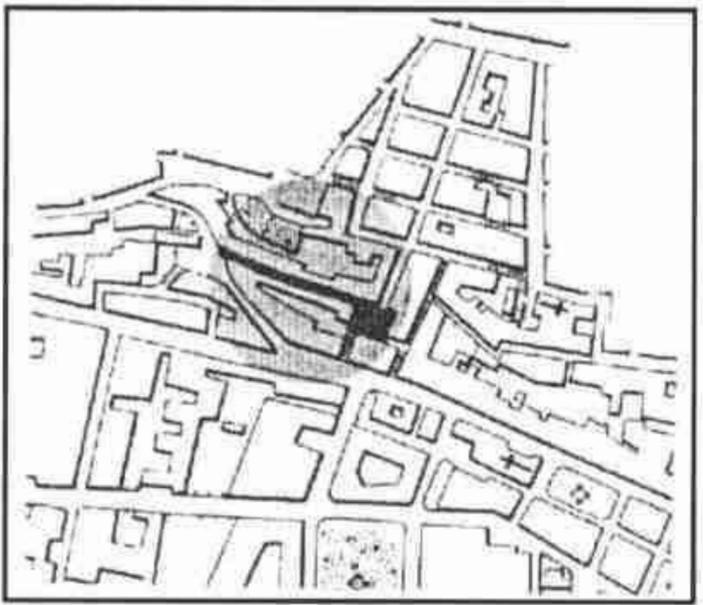
2



3



4



5



1

Figura 1. Freguesias de Lisboa

Figura 2. Boinha da Bica

Figura 3. Bica de Cima

Figura 4. Bica de Baixo

Figura 5. Bica do lado de lá da linha do elevador

Das muitas conversas cruzadas com os seus habitantes, participantes e não participantes na organização da festa, sócios e não sócios dessas associações (que sempre desempenham o papel de mordomos das festas), questionei-me sobre a permanência dessa fractura.

Coloquei, então, a hipótese de que dois anos de observação havia sido pouco tempo e que, muito provavelmente, tudo a que assistira ao longo desses poucos anos teria sido atípico e que, possivelmente, em anos anteriores essas poucas ruas se teriam solidarizado em fazer surgir o bairro num único arraial, exibindo-se para toda uma cidade que, hoje como dantes, durante o mês de Junho, procura freneticamente esses bairros para se divertir no alegre convívio dos bailaricos, acompanhados por sardinhas assadas, regados com *sangria*, no cheiro dos manjericos...

Tanto mais que, paralelamente a essa clivagem no seio do bairro – a ponto de os dois arraiais viverem de costas voltadas um para o outro, com programas autónomos, clientelas próprias (para além dos forasteiros que circulavam entre os dois), alguns registos de pequenos conflitos competitivos etc. –, tudo o que se relacionava com a *Marcha da Bica*, organizada durante meses pela colectividade da *Bica de Baixo*, parecia reunir o consenso da totalidade do bairro e, até, do seu bairro vizinho, *Santa Catarina*, não participante no concurso das marchas. Não só a “volta ao bairro” que a *Marcha* fazia, ritualmente, cada ano, percorria todas estas *Bicas*, como, inclusivamente, todos os habitantes do bairro, sem excepção, apoiavam activamente e defendiam, perante estranhos, a marcha querida do seu bairro.

Mas a memória dos mais velhos não me ajudou. Contaram-me que durante muitos anos a *Bica* interrompera os seus arraiais, que isso era coisa recente, atribuindo a esse punhado de jovens, filhos e netos de alguns habitantes do bairro (na realidade, de umas poucas famílias, com uma estrutura quase clânica, descobri mais tarde)⁶ todo o mérito desses festejos locais nos últimos anos. Na realidade, ao longo dos anos 60 e 70, as notícias da *Bica* e dos seus festejos pelos *Santos* rareavam nos jornais da capital.

O que me levou a introduzir uma nova linha de pesquisa, dessa vez histórica, focalizada não apenas no modo como um bairro particular organizava a sua festa particular – um dos momentos mais importantes na definição e apropriação colectiva dos espaços de pertença, no nível da rua – mas tentando igualmente perceber, no nível da cidade, qual o papel de tais festas noutros bairros, o que me permitiu retirar elementos de comparação úteis para a análise do meu próprio *locus* de observação, e aprofundar o conhecimento sobre essas festas em Lisboa.

Assim, acabei por recuar temporalmente na exploração duma fonte particularmente fértil: a imprensa local.

4.

Os anos 30, do século XX, constituem um marco importante nos modos de festejar os *Santos de Junho* em Lisboa. Os festejos que, até aí, animavam as ruas, praças, mercados, largos e quintais, de um modo mais ou menos espontâneo, com *ranchadas* (grupos de pessoas) a dirigirem-se às fontes e mercados mais importantes, com balões iluminados e pequenas orquestras improvisadas (as então designadas marchas *aux-flambeaux*) ao longo desse mês, sobretudo nas vésperas dos três santos mais festejados – Santo António, S. João e S. Pedro –, foram desaparecendo e deram lugar a formas de festejar mais controladas superiormente. Apenas certos arraiais oficiais foram permitidos e, até, incentivados, subsidiados e inaugurados pela Câmara Municipal, e inventou-se o concurso das *Marchas dos Bairros Populares*, ou *Marchas Populares dos Bairros*, que passaram a desfilar no dia 12 de Junho, véspera do dia de Santo António, pela Avenida da Liberdade, numa folclorização evidente de performances populares preexistentes.

Nos anos 50, encontram-se várias referências, nos jornais diários da capital, a arraiais no bairro da Bica, com descrições, por vezes, verdadeiramente etnográficas. Assim, podemos ler a seguinte descrição no *Diário Popular* de 13 de Junho de 1948:

Depois outro salto até às bandas da Bica, onde as festas de Santo António costumam decorrer com entusiasmo. Lá está o *baile da Calçada da Bica Grande*, onde a comissão caprichou. Toda a gente pode visitá-lo, pois à entrada vê-se um arco vistoso muito bem engalanado com uma legenda convidativa: “Esta festa é para todos” e logo no 2º arco um cumprimento gritante: “A Bica saúda todos os bairros”. Mais acima, para quem não couber no trono de escadas da Calçada da Bica Grande, tem o *bailarico da rua dos Cordoeiros* que, em animação, promete não lhe ficar atrás.

Convém lembrar que a rua dos Cordoeiros é a rua principal da *Bica do outro lado do elevador*, para utilizar a designação “nativa”, enquanto a Calçada da Bica Grande se situa na *Bica de Baixo*...

Em 1952, a marcha da Bica, pela organização do *Marítimo Lisboa Clube*, fundado cerca de dez anos antes (na *Bica de Baixo*), começou a participar no concurso das *Marchas dos Bairros Populares* que, desde os anos 30, animavam, com um desfile, a véspera de Santo António, integradas nas já designadas Festas da Cidade de Lisboa. Essa colectividade, tal como mais duas dezenas delas pertencentes a outros bairros de Lisboa, começou, a partir dessa data, a organizar a sua *marcha* (composta, como todas, por 48 figurantes que, com trajes, temas e

músicas evocativas do imaginário popular da cidade, cantam, dançam e marcham, num desfile na noite de 12 de Junho), o que reforçou as suas relações com o poder municipal.

Nesses anos, o arraial aparece com um grande protagonismo, e o bairro da Bica surge em todo o seu esplendor como um dos *bairros populares mais típicos*, exibindo uma autonomia e visibilidade que se irá manter até os dias de hoje – até porque a sua marcha tem ganho, frequentemente, o concurso desde as suas primeiras exposições.

O arraial da Bica, por exemplo, é dos mais típicos que animam esta quadra festiva do Junho lisboeta. A *Calçada da Bica Grande* – o coração do acidentado bairro – o Beco dos Aciprestes, a Tv. do Cabral e o Largo do Santo Antoninho enfeitaram-se de maneira bem expressiva e vão surpreender, logo à noite, os que por acaso ali passarem... Ver-se-ão por toda a parte arcos floridos e iluminados por cerca de 2 mil lâmpadas com as 3 imagens luminosas de Santo António, S. João e S. Pedro e à entrada da Calçada da Bica Grande. (...) Festões de verdura, montanhas de flores (à volta de 5 mil), grandes vasos de manjericos e estrelas monumentais ornamentam as ruas do arraial da Bica, ao qual não faltam os escudos da cidade e da fundação, numa alegoria bairrista e patriótica. É claro que o arraial – como todos – é mais sugestivo e atraente durante a noite... E tudo isto se fica devendo ao esforço e ao espírito bairrista de pouco mais de uma dúzia de moradores da Bica, pertencentes ao Marítimo Lisboa Clube, que de há 6 anos para cá decidiu reviver uma tradição local e que – com o concurso entusiástico e desinteressado de raparigas e rapazes do bairro que confeccionaram flores, fizeram as armações, construíram as estrelas e os arcos, instalaram a luz eléctrica e montaram, enfim, o arraial com todos os seus atractivos (...) e só quem viu tudo aquilo em pormenor antes de se erguer o arraial, é que pode avaliar o esforço e a dedicação dos moradores da Bica, que desde meados de Maio trabalhavam sem cessar, de dia e de noite, para mostrar o seu bairro mais lindo do que os outros... (*Diário Popular*, 12-6-1954)

Nesses anos as festas da Bica surgem em toda a sua pujança, devidamente exibidas e expostas aos olhos de toda a cidade; os jovens referidos na última notícia são, nalguns casos, pais e familiares dos jovens que, nos anos 90 e após um período de adormecimento dos arraiais, resolveram voltar a arrancar com as “mais bonitas tradições bairristas”.

Os actuais jovens, apesar de ainda não nascidos nesses anos 50 e 60, relembram as histórias mil vezes ouvidas aos seus familiares sobre essas *festas de antigamente*, onde nasciam casamentos, onde se ampliavam relações, onde se vivia

o imenso orgulho de ser notícia para toda uma cidade, onde se recebiam as contrapartidas da Câmara Municipal, se viajava através do país para exhibir a *marcha*, sempre bem cotada no concurso...

Tudo parece indicar que existe uma certa continuidade entre a situação desses anos 50 e a dos anos 90, observada e analisada etnograficamente. O grupo responsável pela organização da marcha da Bica e do seu arraial “oficial” tem a sua sede numa colectividade então já existente (desde os anos 40) na Calçada da Bica Grande, o *Marítimo Lisboa Clube*. Essa foi uma das razões porque o meu ponto de observação estratégico sobre o bairro, do ponto de vista da sua construção social, tivesse sido, nos anos 90, essa rua: por me parecer que, para lá da pulverização e fragmentação, em termos das práticas de sociabilidades quotidianas existentes no interior de uma unidade tão ampla quanto um “bairro”, existiria um nível mínimo de coesão social, referenciada a um território – ou, mais correctamente, liderada por um território – capaz de afirmar uma unidade “de bairro” perante o exterior, numa base de negociação permanente com várias entidades que, de uma maneira simplificada, designamos aqui como “exteriores” ao bairro.

Mas se recuarmos até ao princípio do século XX, a realidade já parece ser outra. Efectivamente, embora parte das ruas, hoje consideradas parte integrantes do bairro da Bica, sejam notícia nas épocas mais recuadas (sobretudo entre 1898 e 1916), a designação Bica não aparece como bairro, mas apenas como um referente espacial, constituído, sobretudo, pela sua artéria central, abundantemente citada como um dos lugares preferenciais para o arraial, a Calçada da Bica Grande. E mesmo esta surge, por vezes, associada ao edifício da Casa da Moeda, situado próximo à “Calçada da Bica Grande, à *Moeda...*”, o que denota a pequenez do lugar. Já no início do século, contudo, é frequente as ruas serem identificadas pela sua proximidade à *Bica*, ou seja, a três ruas com esta designação.

Outro facto merece ser acentuado: algumas clivagens internas, semelhantes às da actualidade são, já nessa época, particularmente visíveis. A título de exemplo, uma única notícia de 1909:

Entre muitas outras marchas “aux flambeaux” que ontem nos vieram cumprimentar, devemos destacar como mais interessantes as seguintes... a *comissão dos festejos da Calçada da Bica Grande*, muito numerosa e de magnífico efeito (...) e o *grupo da rua dos Cordoeiros*, à Bica⁷, que além de aparatosas, traziam uma vistosa iluminação à veneziana. Muitos curiosos acompanharam no seu percurso as diferentes marchas. (*Século*, 24-6-1909)

Convém sublinhar que, nessa época recuada, a duas ruas da Bica correspondem duas marchas distintas. No ano seguinte, 1910, são mais uma vez noticiados os festejos de S. João na *Bica Grande*, bem como noutras ruas da Bica:

Continuaram hontem nas ruas da Barroca, *Cordoeiros*, Largo de Santo Antoninho, Travessa do Alcaide e *Calçada da Bica Grande*, os festejos de S. João, constando de iluminações à veneziana, bailes de roda, queima de alcachofras e marchas “aux flambeaux”. Em todos estes sítios se brincou com entusiasmo até cerca da uma hora da madrugada. (*Século*, 25-6-1910)

Podemos, pois, destacar dois traços que caracterizam tais festejos nessas épocas: primeiro, a Bica não aparece como um bairro, e sim como um referente geográfico para a localização das ruas próximas àquelas com a designação *Bica* (*Calçada da Bica Grande*, *Calçada da Bica Pequena*, *Travessa da Bica Grande*); segundo, deparamo-nos exactamente com a mesma clivagem entre a *Calçada da Bica Grande* (*Bica de Baixo*) e a *Rua dos Cordoeiros* (*Bica do lado de lá do elevador*), embora nessa época ainda não exista qualquer das duas colectividades que hoje centralizam a organização de algumas actividades locais, como as festas dos *Santos Populares*. O que não deixa de ser um dado curioso, que conduz a uma reflexão sobre a base de certas sociabilidades microlocalizadas que, forçosamente, deverão abrir para uma amplitude de factores, para além dos exclusivamente sócio-antropológicos – urbanísticos, arquitectónicos, históricos, económicos, ambientais.

Com efeito, alargando o nosso olhar a toda a cidade, através dessa fonte preciosa constituída por notícias de jornal, o que essas notícias sobre as festas de Junho em Lisboa nos permitem visualizar e reconstituir, em épocas mais recuadas, é uma mancha dispersa extremamente localizada de festejos. São grupos de moradores, vizinhos ou amigos, direcções de clubes e colectividades com um enraizamento local e, por vezes, até apenas um único indivíduo, quem organiza os bailes campestres, arraiais ou marchas. Tudo leva a crer que é no nível de uma interacção pessoal territorialmente localizada que pequenos grupos de indivíduos põem em marcha essas festas. O nome ou nomes dos seus organizadores são bastantes vezes referidos, sendo a festa colectiva da responsabilidade de um número restrito de habitantes. A festa tem os seus chefes, os seus mordomos, que se podem organizar em comissão ou em associação, sejam eles grupos de vizinhos, comerciantes ou companheiros de trabalho de um mesmo ofício ou fábrica.

Lisboa festejava assim os seus *Santos Populares* com uma pulverização de arraiais e bailes dispersos por todos os seus bairros mais antigos e pobres, com uma circulação intermitente de marchas que visitavam jornais, chafarizes e mercados, ostentando e publicitando o nome das ruas ou associações de onde saíam.

A entidade *bairro popular* ainda teria de esperar algumas décadas para surgir na realidade sócio-cultural da cidade de Lisboa.

5.

O estudo de diferentes formas de sociabilidade, em cada sociedade, permite analisar o papel fundamental que ela desempenha na estruturação da vida social urbana – entendendo o conceito de sociabilidade num sentido amplo, “incluindo as modalidades de interacção suprafamiliar e os reagrupamentos que ocupam o espaço intermediário entre o nível de instituições fortemente formalizadas e o quadro reduzido dos grupos domésticos” (Cucó, 2000: 257).⁸ Segundo esta autora, um dos traços específicos dessas formas de sociabilidade, que têm a virtualidade de distinguir as diferentes sociedades, prende-se com a relação simbólica que a sociabilidade mantém com as instituições formais, reelaborando “os modos operatórios próprios aos sistemas impessoais abstractos, em função de uma sociabilidade própria, localmente construída” (idem: 257). Por isso ela deve ser olhada como “resultado e expressão das relações económicas, sociais e culturais, em vigor num tempo e lugar determinado” (ibidem).

Neste sentido, o que o olhar etnográfico sobre um bairro particular, com alguns recuos temporais, permite descobrir a partir da análise das suas práticas de sociabilidade quotidianas e festivas, com diferentes níveis de informalidade, é:

a) num primeiro tempo, importantes linhas de clivagem internas que não só se tornam particularmente visíveis durante as festas de Junho como parecem ainda registar uma continuidade surpreendente com situações semelhantes vividas em épocas passadas. A ruptura entre duas *Bicas*, ou mesmo três, não é, pois, uma novidade dos anos 90;

b) num segundo tempo, a produção activa de uma ideia de “bairro”, encarnada numa determinada associação de bairro, cuja estrita área de influência não impede que, simbolicamente, ela assuma “o bairro” como seu, numa visão ampla, para entidades exteriores ao próprio bairro. Tal representação é induzida claramente por um dado contexto histórico e político que permite e alimenta estratégias múltiplas de negociação entre associações de bairro e o poder político, em torno das actividades festivas que celebram a cidade e os seus bairros.

O que nos permite tirar uma conclusão relativamente segura: hoje, como dantes, são grupos restritos de vizinhos (amigos, parentes, grupos de pares)⁹ quem organiza as festas. Hoje, esses grupos inserem-se em associações e instituições formalizadas, que canalizam financiamentos, suportam estratégias de poder, registam dinâmicas organizacionais próprias. Dantes, eram redes de tipo idêntico que se organizavam para a festa, com suportes institucionais ou não. A existência dessas redes discretas de solidariedade e vizinhança que, de um modo organizado, se mobilizam para a produção de festas de rua parece ser um facto recorrente na cidade de Lisboa. Tal facto é apenas visível na microescala da

organização colectiva – já que a visibilidade exterior assenta no bairro em sua associação representativa. Hoje, mais claramente do que no passado, essa organização microterritorializada para a festa tem como objectivo a promoção de *um bairro*, e passa pela apropriação do seu nome e das suas imagens – apropriação esta não só legitimada como igualmente incentivada por entidades político-administrativas exteriores ao próprio bairro.

Por essa razão, as fronteiras desses bairros populares não são nítidas, são antes ambíguas, plásticas, contextuais, representadas simbolicamente “como entidades colectivas de referência e pertença (...) por núcleos de enraizamento identitário e demarcações sociais face a terceiros – uns e outras mutáveis e manipuláveis, de carácter largamente circunstancial” (Cordeiro e Costa, 1999: 73).

Retornando à pergunta de partida – será o bairro uma tradição inventada, com um valor simbólico indiscutível, mas sem qualquer correspondência a um colectivo localmente estruturado? – podemos, muito abreviadamente, definir esses bairros de Lisboa como territórios sociais aproximados, lugares reais e imaginados, no seio dos quais se articulam múltiplas unidades sociais em diferentes escalas.

Desde a escala mais informal dos pequenos nós de interacções de vizinhança, parentesco e amizade, ao registo mais formalizado das sociabilidades enquadradas por associações voluntárias e outras instituições que os integram ou intersectam, até às relações, directas ou mediadas, com entidades de vários tipos, de níveis municipal, regional, ou nacional – todas essas práticas de sociabilidade constituem canais de comunicação transversal entre essas distintas entidades. “Os bairros são, por isso, lugares para se inquirir, procurar, identificar, questionar” (Cordeiro e Costa, 1999: 61). Lugares

permeáveis e, contudo, identificáveis, não só nos ritmos de uma prática social quotidiana etnografável, como também nas imagens resultantes de uma *bricolage* coproduzida endógena e exogenamente; e, também (e sobretudo) como participantes activos ou passivos na construção cultural das variadas mitografias, imagens e narrativas que cada cidade produz. (Cordeiro e Costa, 1999: 60-1)

Os bairros podem, pois, ser considerados parte de uma cidade, lugares urbanos de tamanho e configuração variáveis, ou seja, unidades sócio-espaciais problemáticas em si próprias.

Inspirando-me, em larga medida, no tipo de análise situacional proposto por Clyde Mitchell (1969, 1980 e 1987), devidamente enquadrada pelo contexto urbano mais amplo (*setting*) num determinado momento histórico, a proposta que nasce desta análise leva a que o espaço-tempo da vida citadina seja observado

e analisado na microescala da convivialidade, mediadora entre instâncias enquadradoras de diferentes sociabilidades (informais, formais, semiformais) – sugerindo que, mais importante do que o *background* cultural de cada indivíduo é o contexto interaccional em que ele participa, fruto de memórias particulares que dão forma a projectos concretos (Velho, 1994). Só a partir dessa prática etnográfica microperspectivada fundada em relações interpessoais e tendo como referência um quadro de questionamento da cidade, me parece possível constatar a heterogeneidade e fragmentação das cidades, criticando a representação do urbano como totalidade sócio-espacial (Agier, 1999: 11).

Notas

1. Grifos da autora.

2. *Olisipografia* designa parte da produção historiográfica que, desde o primeiro volume da obra fundadora de Júlio Castilho *Lisboa Antiga* (1897), se dedicou a estudar a cidade de Lisboa. Esta designação vem de *Olisipo*, nome pré-romano atribuído a esta cidade, que terá sido adoptado e latinizado pelos romanos, quando se instalaram na Península Ibérica, a partir do séc. II a. C.

3. “As festas aos santos de Junho – Santo António, São João e São Pedro – que se estendem a uma vasta área onde Portugal se insere constituem, em Lisboa, uma permanência cultural indiscutível, testemunhada por vários cronistas e viajantes estrangeiros, pelo menos, ao longo dos últimos dois séculos. (...) Santo António ocupa um lugar particular neste ciclo festivo (Brito, 1989), pela relação indissociável que desde sempre existiu entre o governo da cidade de Lisboa e a celebração do aniversário da sua morte. A introdução deste santo nacional no denominado “ciclo de S. João” acabou por dar uma certa originalidade às festividades próprias desta época, alongando a dimensão do próprio ciclo que passou a ocupar, praticamente, todo o

mês de Junho, e conferindo-lhe, talvez por isso, uma maior importância no calendário festivo anual. As noites de Santo António, São João e São Pedro são, hoje, festejadas como três momentos de um mesmo ciclo festivo, que possui uma unidade interna claramente expressa na semelhança dos temas e elementos celebrados” (Cordeiro, 1997: 232). Para mais informação sobre estas festas em Lisboa ver Graça Índias Cordeiro, 1995, caps. 2 e 3.

4. Período áureo da constituição do Estado Novo em Portugal.

5. É difícil fazer-se uma estimativa de quantos indivíduos habitam o bairro, pois os dados censitários estão agregados por unidades administrativas, as freguesias. Calcula-se, muito grosseiramente, que no centro da Bica, os seus habitantes não atingirão o milhar.

6. A construção de algumas genealogias de habitantes deste bairro ocupou-me alguns meses, cruzando informação oral e de arquivo. Para mais detalhes, ver Graça Í. Cordeiro, 1997.

7. A Rua dos Cordoeiros situa-se naquela que hoje é designada, pelos seus

habitantes, como a *Bica do lado de lá do elevador*.

8. Esta conceptualização de sociabilidade inspira-se, nas palavras da própria antropóloga, em orientações traçadas por Agulhon (1977) e Agulhon e Bodiguel (1981), que fertilizaram algumas

investigações sobre o tema, conduzidas em Espanha.

9. No caso do bairro estudado, esta sobreposição de relações é bastante evidente.

Para mais detalhe, ver Graça I. Cordeiro, 1997, cap. 4.

Referências bibliográficas

- AGIER, Michel. 1998. "Lugares e redes: as mediações da cultura urbana", em NIEMEYER, Ana Maria & GODOI, Emília Pietrafesa de (orgs.) *Além dos territórios: para um diálogo entre a etnologia indígena, os estudos rurais e os estudos urbanos*. Campinas, Mercado de Letras.
- . 1999. *L'invention de la ville: banlieues, townships, invasions et favelas*. Amsterdam, Editions des Archives Contemporaines.
- AGULHON, Maurice. 1977. *Le cercle dans la France bourgeoise, 1818-1848: étude d'une mutation de sociabilité*. Paris, Armand Colin.
- & BODIGUEL, M. 1981. *Les associations au village*. Le Padradou, Actes du Sud.
- AUGÉ, Marc. 1992. *Non-Lieux: introduction à une anthropologie de la surmodernité*. Paris, Seuil.
- CORDEIRO, Graça Índias. 1995. *Um bairro no coração da cidade: sobre a construção social de um bairro típico de Lisboa*. Lisboa, ISCTE (tese de doutorado).
- . 1997. *Um lugar na cidade: quotidiano, memória e representação no bairro da Bica*. Lisboa, D. Quixote.
- & COSTA, António Firmino da. 1999. "Bairros: contexto e intersecção", em VELHO, Gilberto

(org.). *Antropologia urbana: cultura e sociedade no Brasil e em Portugal*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor.

COSTA, António Firmino da. 1999. *Sociedade de bairro*. Oeiras, Celta.

——— & GUERREIRO, Maria das Dores. 1984. *O mágico e o contraste: o fado no bairro de Alfama*. Lisboa, D. Quixote.

CUCÓ, Josepa. 2000. "La sociabilité". *Ethnologie française*, v. 30, n. 2. p. 257-64.

GULICK, John. 1989. *The humanity of cities: an introduction to urban societies*. Granby, Massachusetts, Bergin and Garvey Publishers Inc.

MITCHELL, J. Clyde (ed.). 1969. *Social networks in urban situations: analyses of personal relationships in Central African towns*. Manchester, University of Manchester Press.

———. 1980 [1966]. "Orientaciones teóricas de los estudios urbanos en Africa", em BANTON, Michael (comp.). *Antropología social de las sociedades complejas*. Madrid, Alianza Editorial.

———. 1987. *Cities, society, and social perception: a Central African perspective*. Oxford, Clarendon Press.

SILVA, Augusto Vieira da. 1930. *Os bairros de Lisboa*. Lisboa, Imprensa Lucas.

SUTTLES, Gerald D. 1984. "The cumulative texture of local urban culture". *American Journal of Sociology*, v. 90, n. 2. p. 283-304.

VELHO, Gilberto. 1994. *Projeto e metamorfose: antropologia das sociedades complexas*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar.

——— (org.). 1999. *Antropologia urbana: cultura e sociedade no Brasil e em Portugal*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar.

WOLF, Eric. 1980. "Relaciones de parentesco, de amistad y de patronazgo en las sociedades complejas", em BANTON, Michael (comp.). *Antropología social de las sociedades complejas*. Madrid, Alianza Editorial.

(Recebido para publicação em agosto de 2001)